



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 21/2007 -----

-----Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e sete, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 08 de Outubro de 2007, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.011.395,18 € (Um milhão e onze mil trezentos e noventa e cinco euros e dezoito cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

-----2 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----2.1 - INTERVENÇÃO DA SR.ª. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

-----2.1.1 – 7 DE OUTUBRO DE 2007 – COMEMORAÇÕES DO FERIADO MUNICIPAL-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se às comemorações do Feriado Municipal que decorreram no passado Domingo, dia 7 de Outubro, justificando a sua ausência no referido evento, nomeadamente na Sessão Solene, por motivos de saúde. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se, com a vinda do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações ao concelho de Oliveira do Hospital, “conseguimos colher algumas novidades que nos possam satisfazer ou dar alguma esperança quanto à tão esperada construção do itinerário do novo troço do IC6, até Vendas de Galizes”. Salientou que coloca esta questão com desconhecimento total do assunto, uma vez que nada leu sobre o mesmo, razão pela qual pretende que o Sr. Presidente da Câmara dê conta do ponto de situação relativamente a esta matéria, para que possa estar devidamente informada sobre o que foi dito naquele dia. Por fim agradeceu à Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

Municipal a oferta dos exemplares dos livros “Tear de Letras” da autoria de Viriato Gouveia, e “Enquadramento Histórico e Toponímia do Concelho de Oliveira do Hospital” da autoria de Francisco Correia das Neves, lançados nesse mesmo dia. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu que no seu entender as comemorações alusivas ao Feriado Municipal decorreram dentro da normalidade, manifestando-se desiludido pelo facto do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações nada ter adiantado de concreto acerca da construção do novo troço do IC6 bem como do IC7, sublinhando que “nada trouxe de novo.” Por fim louvou a edição pela Câmara Municipal da obra “Enquadramento Histórico e Toponímia do Concelho de Oliveira do Hospital” da autoria do Dr. Francisco Correia das Neves. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: “Achei que o programa estava bem elaborado e bem gizado. Estava um programa equilibrado em termos de eventos. Acho que a apresentação, no sábado, do livro “Tear de Letras” de Viriato Gouveia, foi um bom momento em termos de divulgação da cultura de matriz popular, mais uma vez o município entendeu, e muito bem, apoiar a obra de um poeta do nosso concelho, creio que já é a segunda obra, um livro muito interessante, vindo de uma pessoa, que não sendo um letrado, nota-se que tem cultura dentro dele e tem qualidades manifestas ao nível poético, que já não são de agora. Foi um programa interessante e largo. A cerimónia de lançamento dos livros, a animação cultural, quer no sábado, quer no domingo, a iniciativa complementar do Clube de Caça e Pesca, que levou a música aos espaços públicos do concelho e que de alguma forma também abrilhantou este fim-de-semana do feriado Municipal. Portanto, acho que se conjugou tudo como um programa muito abrangente e muito interessante do ponto de vista do público. Contudo e porque recebi o convite em casa para o programa do feriado Municipal, devo dizer que, como membro deste executivo, não gostei da omissão relativamente à vinda do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações ao concelho de Oliveira do Hospital. Acho que era de bom-tom que o nome do Sr. Secretário de Estado figurasse no convite, à semelhança daquilo que aconteceu com outras figuras que já vieram ao concelho e que foram evocadas e divulgadas através dos programas do município. Acho ainda que deveria ter havido mais divulgação relativamente às actividades do Feriado Municipal, e digo isto porque habitualmente costumam existir no exterior pequenos “outdoors” e painéis para divulgação das actividades do município que deveriam ter sido aproveitados para promover junto do público as actividades do Feriado Municipal. Quanto aos convites queria dizer o seguinte, eu já aqui alertei, aquando da inauguração do Monumento ao Empresário que se deveria rever o Protocolo relativamente aos convites a dirigir às designadas forças vivas do concelho, aos representantes dos vários sectores e das várias entidades do concelho, na altura até recomendei que se actualizasse essa base de dados. Isto para dizer que não posso concordar com o não envio dos convites aos líderes dos diversos partidos com expressão eleitoral e organizados no concelho de Oliveira do Hospital, portanto não concordo com o não envio desses convites. Eu estive presente porque sou autarca, porque caso não fosse não receberia qualquer convite. Agora, entendo que é de bom-tom e que é um sinal saudável de democracia e de boa prática democrática que os líderes dos partidos sejam convidados para participar nas actividades do Feriado Municipal, designadamente na sessão solene comemorativa. Porque o Feriado Municipal, entendo eu, celebra a riqueza, a diversidade e os valores reconhecidos do concelho, acho que os líderes partidários do concelho, de alguma forma, são representantes legítimos de cidadãos, neste caso militantes, que também fazem parte do concelho. Os líderes partidários, os partidos políticos em meu entender encaixam também nessa diversidade e nos valores que fazem parte do concelho, os partidos não são organizações clandestinas nem são organizações ilegais, são organizações legítimas, portanto eu acho que é por demais justificado que os líderes partidários passem a ser convidados para futuras iniciativas do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

Feriado Municipal. Eu acho que os órgãos do município emanam da vontade popular, são também um resultado da democracia, acho que os partidos são uma parte muito importante do regime democrático e neste caso não deve haver exclusão sobre qualquer forma. Mais uma vez reitero, acho que não deveriam ter sido excluídos dos convites para o Feriado Municipal. Por isso, alerta e recomendo para a necessidade de se rever o Protocolo do Município, há que actualizar a base de dados dos convidados oficiais da Câmara Municipal e acho que esta actualização honra e honrará o Município e honra-nos a todos nós na qualidade de primeiros responsáveis pela condução dos destinos da Câmara Municipal.” -----

-----Sobre o assunto, e na sequência da questão formulada pela Sra. Vereadora Maria José Freixinho relativa às novidades trazidas pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, o Sr. Presidente da Câmara referiu entender que o Sr. Vereador Albano Almeida terá dado a resposta, ou seja, “que não viu nada de concreto”, sublinhando que “são palavras do Sr. Coronel Ribeiro de Almeida, pessoa idónea e com larga experiência nestas matérias, de lidar com governantes, e portanto quanto a isso nada acrescentarei.” -----

-----Quanto à omissão do nome do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações do convite do programa comemorativo do Feriado Municipal e com vista a esclarecer tal situação junto da comunicação social, uma vez que se encontravam presentes alguns representantes dos *media* nesta reunião, o Sr. Presidente justificou que a mesma se deveu à comunicação feita tardiamente, pelo gabinete daquele responsável, à Câmara Municipal, esclarecendo que a confirmação da sua disponibilidade para se deslocar ao concelho de Oliveira do Hospital foi feita telefonicamente depois dos convites terem sido expedidos, tendo apenas chegado por escrito no passado dia 4 de Outubro, pelo que considera estar fundamentada tal omissão, recordando aos presentes de que não é a primeira vez que estavam confirmadas deslocações de membros do governo ao concelho, inclusive para presidir a inaugurações, que depois foram canceladas no próprio dia. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu entender que, uma vez que havia um compromisso assumido e que nada em contrário indicava que o Sr. Secretário de Estado não viria às comemorações do 7 de Outubro, dever-se-ia “ter avançado com o nome de Paulo Campos nos convites, embora reconheça que o mesmo fosse feito correndo alguns riscos”. -----

-----No que diz respeito à revisão da lista de protocolo da autarquia e, nomeadamente, relativamente à opinião do Sr. Vereador José Francisco sobre os convites a enviar às entidades concelhias, o Sr. Presidente da Câmara informou que não irá alterar a sua maneira de ser nem de estar na Câmara Municipal, apenas porque alguém pensa de forma diferente, argumentando que “o protocolo está definido e vai continuar a ser utilizado da forma que têm vindo a ser”. Sublinhou ainda que “a Câmara não deve servir de apoio ao desenvolvimento da actividade política de qualquer força partidária, assim como não tem, nem deve, estar a promover aqueles que estão à frente de instituições políticas, neste caso os partidos”. Disse ainda que, tratando-se de um acto público, qualquer pessoa poderia assistir à sessão solene do Feriado Municipal, mesmo os presidentes ou dirigentes das estruturas concelhias dos partidos políticos. Mais esclareceu não ver razões objectivas para alterar o referido protocolo, afirmando que “não é porque alguém faz afirmações sobre algum aspecto para a comunicação social, que a Câmara Municipal deve fazer isto ou aquilo. Desde que estou aqui nunca se apoiaram, em termos de logística ou qualquer outro processo, actividades com cariz partidário de qualquer força política. E portanto, não vai ser agora que eu vou alterar esse meu pensamento e esse procedimento.” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “nas comemorações do 5 de Outubro, 10 de Junho e 25 de Abril, os líderes partidários dos vários partidos do espectro político português, independentemente de serem deputados ou ocuparem outras funções de eleição, são convidados



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

para as cerimónias oficiais desses momentos de exaltação daquilo que é a vida nacional, símbolos do país, momentos chave que marcam a história do país, eles são convidados. E é por decalque desse princípio de boa prática democrática que eu recomendo ou proponho que haja essa alteração, tornando-o mais abrangente.” -----

-----Por fim, o Sr. Presidente esclareceu nada está a ser feito de forma diferente daquilo que era feito anteriormente, porque enquanto ocupou um cargo de liderança partidária, antes de ser Presidente da Câmara Municipal, nunca foi convidado a assistir a este tipo de cerimónias, concluindo que a prática em relação a esta matéria não se alterou. -----

-----**2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA**-----

-----**2.2.1 – RECOLHA DE ÓLEOS USADOS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a forma como a autarquia tem estado a actuar no sentido de proceder à recolha de óleos usados, em prol da preservação do ambiente no Município de Oliveira do Hospital, ao que aquele responsável informou que se trata de um processo da responsabilidade das respectivas oficinas, que por força da Lei são obrigadas a canalizar os óleos usados para um sistema de reciclagem, em que depois da sua utilização são colocados em vasilhame apropriado para o efeito e, posteriormente, recolhidos por empresas devidamente certificadas. -----

-----Ainda sobre este assunto, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se um município se pode dirigir ao Ecocentro do Município para deixar esses óleos, ao que o Sr. Presidente respondeu negativamente uma vez que o Ecocentro não tem as condições necessárias para proceder à recolha dos mesmos. -----

-----Por fim, o Sr. Vereador Albano Almeida sugeriu à Câmara Municipal que seja efectuada divulgação de informação relativamente aos procedimentos a ter conta na correcta recolha de óleos usados. -----

-----**2.2.2 – ACIBEIRA – PEDIDO DE INFORMAÇÃO**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação das instalações da ACIBEIRA, em Lagares da Beira, e se estas são ou não propriedade da Câmara Municipal, salientando que “gostava efectivamente de saber o que é que se passa, uma vez que está em causa um património valioso, cujas instalações se estão a degradar ano após ano.” --

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de um assunto que já por diversas vezes foi discutido e analisado em reunião de Câmara, dando conta que “a autarquia tem vindo a fazer uma análise jurídica da situação de forma a encontrar soluções que permitam ultrapassar alguns problemas existentes com essas instalações”, sublinhando que “espera resolver esta questão a contento das partes”. Esclareceu que a degradação daquelas instalações se deve ao facto de a Câmara, embora sendo proprietária do terreno, não deter o direito de superfície, por força do débito existente junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Centro por parte da ACIBEIRA. Salientou que “estamos a trabalhar no sentido de procurar resolver o problema, embora haja por aí alguns, que entretanto, procuram colocar algumas farpas no caminho, mas não são as farpas que nos fazem desviar”, lembrando que a Câmara tem direito de opção nesta matéria pelo que exercerá os seus direitos na plenitude”. -----

-----**2.2.3 – INICIO DO NOVO ANO LECTIVO 2007/2008**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a forma como tem estado a decorrer o início do novo ano lectivo e se a contratação de Professores, no âmbito das Actividades do Enriquecimento Curricular, tem estado a decorrer dentro da normalidade. -----

-----O Sr. Presidente deu conta que o início do novo ano lectivo está a decorrer de forma excelente, com toda a normalidade, esclarecendo que as intervenções em algumas escolas foram efectuadas de forma a que a sua conclusão, e perturbação daí decorrente, fosse uma realidade antes do início do mesmo. -----

-----**2.2.4 – PARAGEM DE AUTOCARRO JUNTO AO CENTRO DE SAÚDE**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se já existe algum projecto para a criação de uma paragem de autocarros junto ao Centro de Saúde em Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que este assunto se encontra em análise, esperando brevemente poder resolver esta questão.-----

-----**2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----**2.3.1 – REQUERIMENTO APRESENTADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 25 DE SETEMBRO DE 2007**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

-----“Na sequência da minha intervenção em reunião de Câmara de 11 de Setembro e bem assim do requerimento que fiz em reunião de Câmara do dia 25 do mesmo mês, invocando o Estatuto do Direito de Oposição, quero dizer que recebi a informação que o Sr. Presidente da Câmara me enviou relativamente às informações que requeri sobre o processo de recrutamento de professores das Actividades de Enriquecimento Curricular. Ainda bem que ela chegou. Acho que quando há matérias de interesse público ou municipal não devem existir “tabus”, nem devem haver matérias de suposto ou auto-declarado segredo municipal. Portanto, chegou-me essa informação, em outro momento, talvez mais apropriado, farei outras apreciações acerca do conteúdo da informação que acabou por me ser prestada. Fez bem em enviar essa informação, pois acho que assim se cumprem as regras da transparência relativamente ao funcionamento do Executivo e ao acesso que os membros do Executivo têm relativamente a matérias de interesse municipal, como é neste caso o concurso de atribuição de horários a Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular”.----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente salientou que independentemente do que possa ou não dizer em reunião de Câmara, apenas lhe compete cumprir a Lei, ou seja, facultará tudo aquilo a que qualquer cidadão, seja ou não vereador, tenha direito, uma vez que o Presidente da Câmara não sonega qualquer tipo de informação, até porque entende que a gestão pública deve ser transparente. -

-----**2.3.2 – CONJUNTO DE APOIOS PARA A MODERNIZAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

-----“Na sequência de uma informação que obtive através da comunicação social, relativamente a um conjunto de apoios para a modernização das pequenas e médias empresas, tive conhecimento da existência de um programa que o Governo lançou através do Ministério da Economia e da Inovação. São 530 milhões de euros, sendo 300 milhões de euros para operações de capital de risco,





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

230 milhões de euros para apoio a capital semente e 100 milhões destinados a um fundo para a inovação e competitividade. Haverá também um reforço destas verbas com 130 milhões provenientes do QREN. No total serão 2.500 milhões de investimento para a internacionalização e para a competitividade das empresas. Com base nesta informação que foi divulgada na comunicação social, eu recomendava ao executivo em permanência designadamente ao pelouro do Sr. Vereador Paulo Rocha que se inteirasse junto do Ministério da Economia deste programa, que conhecesse as suas prioridades e elegibilidades e o divulgasse junto dos empresários e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, particularmente junto dos alunos finalistas. Missão, que no meu entender, caberia ao Serviço de Apoio Local ao Empresário ou ao Gabinete de Apoio ao Empresário. Acho que é um programa, que sendo lançado, convém ser conhecido e divulgado junto de potenciais interessados no concelho. Acho que a nossa missão também passa por aí. -----

-----De igual modo, alertava o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora da Educação para o programa de Modernização do Parque Escolar, sobre o qual também me informei através da comunicação social, programa este que prevê a intervenção estimada, até 2015, em 330 escolas num investimento de 940 milhões de euros, com verbas provenientes quer do PIDDAC, quer do QREN, quer de outras comparticipações do Estado. Acho que era importante, o executivo em permanência, a Sr<sup>a</sup>. Vereadora da Educação ou o Sr. Presidente da Câmara, conhecerem aprofundadamente este programa e avaliarem a possibilidade da sua aplicação no concelho e bem assim se temos necessidades ao nível de infra-estruturas educativas que vão ao encontro das prioridades do programa. Acho que teria todo o interesse conhecer o programa e ver se ele se aplica no concelho de Oliveira do Hospital.” -----

-----O Sr. Presidente referiu que “face à proposta e recomendação apresentadas pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo, relativamente aos apoios à modernização de pequenas e médias empresas, não precisamos de nos preocupar, porque o Governo vai fazer isso até à exaustão, como tem sido seu apanágio noutras matérias.” Mais referiu entender que quanto à intervenção nas escolas, o Governo quando aponta para as 330 escolas a abranger pelo programa, salientando o facto de ser um número tão exacto, as mesmas já estão devidamente catalogadas, ou seja, já estão identificadas aquelas que irão ser alvo de intervenção, afirmando ainda que este programa, pelo que leu se destina às infra-estruturas do ensino secundário, área em que a responsabilidade é do governo e não das autarquias, cabendo aos respectivos Conselhos Executivos dar conta das necessidades às Direcções Regionais de Educação da área em que se inserem, sendo que às Câmaras Municipais apenas pode cumprir o papel da sensibilização e influência política tendo em vista a concretização.

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que num universo de 308 municípios existentes, considerando que há concelhos sem escola secundária, o programa dará para intervencionar pelo menos 1 escola por concelho. -----

-----**2.3.3 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS A CLUBES DESPORTIVOS E OUTRAS COLECTIVIDADES**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte:

-----“No dia 11 de Setembro aprovámos aqui 231.250,00 € (Duzentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta euros) em subsídios para o Desporto Federado. Em 25 de Setembro foram aprovados 135.750,00 € (Cento e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros) de subsídios para outras colectividades. Tendo analisado o conjunto de entidades beneficiárias dos dois pacotes de subsídios aprovados, verifiquei que há uma exclusão da ARCED desses subsídios atribuídos pela Câmara Municipal. Eu, sinceramente, do ponto de vista das razões não entendo, mas, já agora pedia uma explicação sobre este facto e, obviamente que a minha intervenção vai no sentido de que esta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

situação tem que ser revista, até cito uma anterior intervenção do meu colega de bancada, o Sr. Vereador Albano Almeida, quando dizia que “não há injustiça que sempre dure”. Ora, se em Setembro foram aprovados mais de 231 mil euros de subsídios, em 25 de Setembro foram mais 135 mil euros, nem numa nem noutra situação a ARCED foi contemplada. Relembro que a ARCED também foi excluída do prémio de mérito desportivo municipal, apesar de ter sido campeã distrital de futebol, campeã de futsal e bem assim campeã da taça da Associação de Futebol de Coimbra. E devemos atentar que o total do bolo de subsídios atribuídos são 367 mil euros, estamos a falar de mais de 73 mil contos, e a ARCED não recebe nem um cêntimo do orçamento do Município. Ora, eu entendo que esta situação não é aceitável e não é admissível, na minha óptica, e quanto a mim esta exclusão não tem qualquer justificação. Eu acho que há aqui uma situação clara de discriminação que espero, e já o disse aqui uma vez, não seja perseguição política, e porque, se assim for, eu acho que essa situação de perseguição política, como o Sr. Presidente da Câmara entenderá, não honra a Câmara Municipal e não o honra a si na qualidade de proponente dos subsídios. Eu entendo que esta exclusão não se pode aceitar e tem que ser revista rapidamente, sob pena da Câmara Municipal estar a promover uma discriminação premeditada com a qual e, por várias posições que já aqui assumimos, quer eu quer os meus colegas, não devemos compactuar e, neste sentido, estamos a estudar a possibilidade de ser desencadeada uma iniciativa no sentido de, em primeira mão, promovermos uma alteração do Regulamento do Prémio de Mérito Desportivo Municipal e, atempadamente solicitaremos o agendamento dessa questão porque queremos fazer uma proposta que, obviamente, será apreciada.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu ter sido “bem claro quando se falou aqui sobre esta questão”, alertando que “ou há alterações na dita associação de forma a sanear as questões que determinaram a posição do executivo em permanência, ou, caso contrário não vê razões para a Câmara Municipal alterar o seu procedimento relativamente a esta matéria.” No que diz respeito à afirmação do Sr. Vereador José Francisco Rolo de que “a ARCED não recebeu nem um cêntimo do orçamento do Município”, alegou que a mesma é falsa uma vez que a referida associação só não recebe apoio em numerário, salientando que nada mais tinha a acrescentar sobre o assunto. Quanto à proposta de alteração do regulamento referiu “se o Sr. Vereador entende que deve trazê-la, então traga-a que eu terei o prazer de a agendar e de a chumbar.”

-----Uma vez que ainda não se conhece a proposta em causa, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu entender que o Sr. Presidente da Câmara fez uma “leitura abusiva e excessiva” ao proferir tal afirmação, deixando bem claro que a intenção de apresentação da proposta de alteração ao referido regulamento se manterá.-----

-----**2.3.4 – PÓLO INDUSTRIAL DA CORDINHA – PEDIDO DE INFORMAÇÃO**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte:

-----“Eu já fiz aqui várias intervenções no sentido de saber qual é o ponto de situação relativamente à ocupação dos lotes no Pólo Industrial da Cordinha. Tenho tido vários contactos, de vários munícipes que pretendem saber quais são as condições de acesso àquele pólo Industrial. Tenho dado a informação possível e tenho remetido esses mesmos munícipes, potenciais investidores e pequenos empresários, para a Câmara Municipal. Neste sentido, e porque acho que ainda não fizemos tudo para divulgar e ocupar os lotes do Pólo Industrial da Cordinha, eu requeria que me fizessem chegar a seguinte informação:-----

----- O número de lotes existentes no Pólo Industrial e as respectivas áreas;-----

----- O número de lotes atribuídos e os respectivos números e áreas e bem assim aqueles que têm escritura celebrada; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O número de lotes disponíveis com respectivas áreas e número.-----  
-----Faço este requerimento no sentido de conhecer mais aprofundadamente a situação de uma forma clara e transparente e faço-o mais uma vez porque acho que devemos envidar todos os esforços para ocupar produtivamente aqueles lotes, promovendo por todas as vias a sua divulgação no sentido de garantir a instalação de empresas no Pólo Industrial.”-----  
-----Quanto às questões colocadas, o Sr. Presidente referiu tratar-se de um conjunto de informações que o Sr. Vereador José Francisco Rolo já detém, uma vez que foram assuntos já debatidos, analisados e objecto de deliberação pela Câmara Municipal, sendo que apesar desse facto a informação lhe seria entregue oportunamente. -----  
-----Ao que este retorquiu que a razão de ser do pedido reside no facto de lhe assistir tal direito e bem assim porque a Câmara Municipal possui tal informação recolhida e sistematizada, sendo portanto de mais fácil acesso. -----

-----**3 – ORDEM DO DIA**-----

**3.1 - PRÉMIOS DE RECONHECIMENTO DE SUCESSO ESCOLAR - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** -----  
**D.A.G.F/DOC.2**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 2 de Outubro de 2007, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que determinou que os prémios aos melhores alunos que concluíram o Bacharelato e a Licenciatura, no valor de 750,00 € (Setecentos e cinquenta euros), fossem atribuídos, respectivamente, a Marina Daniela Varanda Colónia (Administração e Finanças) e a Paula Catarina Carreiro da Silva (Engenharia Civil e do Ambiente), nos termos do disposto no respectivo Regulamento. -----  
-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

**3.2 - CONCURSO MUNICIPAL DE IDEIAS DE NEGÓCIO-EMPREENDER + - LISTA DE CLASSIFICAÇÃO -RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** -----

**D.A.G.F/DOC. (s) 3 e 4**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente a Acta da Reunião do Júri do Concurso Municipal de Ideias de Negócio – Empreender +, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, a qual determina a atribuição de apenas dois dos três prémios previstos no número 1 do artigo 8º do Regulamento do concurso, a saber:-----

-----**1º Classificado – LogicPulse Technologies, Lda – Prémio no valor de 15.000,00 € (Quinze mil euros), tendo como promotores o Dr. Bruno José Duro Baptista (Docente na ESTGOH) e Dr. Carlos Manuel Ladeiro Fernandes;**-----

-----**2º Classificado – FaunaPolis – Gabinete de Projectos Geológicos e Ambientais, Lda – Prémio no valor de 10.000,00 € (Dez mil euros), tendo como promotoras a Mestre Ana Margarida Januário Cruz (Docente na ESTGOH), a Engª Marlene da Conceição Pires Teixeira, a Engª Rita Abre Araújo e a Engª Susana Margarida Carvalhal Cortês.**-----

-----Neste sentido, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 3 de Outubro de 2007, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que autorizou o pagamento de 10% dos prémios atribuídos aos promotores vencedores das ideias de negócio, entregues no passado dia 7 de Outubro, Feriado Municipal, de acordo com o artigo 8º do Regulamento do concurso. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente a este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se a Câmara Municipal estabeleceu algum “*timing*” para o desenvolvimento do negócio por parte dos promotores das ideias premiadas, ou seja para a instalação dessas empresas. Uma vez que o regulamento refere que os projectos premiados terão acolhimento na incubadora de empresas e, uma vez que esta ainda não existe, mais questionou sobre qual o ponto de situação do processo de implementação da referida incubadora e bem assim sobre qual o “*timing*” em que ela se irá concretizar. Questionou igualmente sobre quando é que estas ideias poderão ser transformadas em negócios na incubadora e bem assim como é que este processo se desenrolará em termos de acompanhamento. Por fim salientou que “temos aqui dois projectos que, pela sua apresentação, julgo válidos e com muito interesse.”-----

-----O Sr. Presidente deu conta que irão ser estabelecidos contactos com os promotores premiados no sentido de aferir da sua vontade “clara e inequívoca” de se instalarem em Oliveira do Hospital. Disse ainda que a Câmara Municipal já tem um espaço em vista para a instalação da incubadora, o qual já está apalavrado, esclarecendo que o mesmo se situa na cidade de Oliveira do Hospital e que será alvo de arrendamento. Mais referiu tratar-se de um espaço que necessita de algumas intervenções, que no seu entender se concretizarão com alguma brevidade, à excepção da instalação da rede de comunicações, sublinhando que “este passo poderá ser determinante para que outras ideias de negócio possam surgir no concelho”. Manifestou ainda o desejo de que as empresas já estejam devidamente instaladas no primeiro semestre de 2008.-----

-----Ainda sobre este assunto, e no que se refere à ideia de negócio apresentada pela empresa LogicPulse Technologies, Lda, o Sr. Presidente referiu que a mesma poderá vir a ser utilizada, com as necessárias adaptações, em equipamentos da responsabilidade da Câmara Municipal, citando a título de exemplo, as Piscinas Municipais, o Lar de Idosos de Travanca de Lagos e a Casa da Criança de Travanca de Lagos, admitindo assim que a autarquia poderá também vir a ser “potencial candidata e pioneira na aplicação de algumas destas ideias”. Quanto à FaunaPolis, referiu entender que seria importante que conseguissem promover uma ligação às empresas de construção civil e granitos do concelho e bem assim incentivar os empresários de transformação de rochas ornamentais a avançarem com os aglomerados de pedra e a formarem uma associação entre empresários do mesmo sector.-----

**3.3 - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO (ENSINO SUPERIOR) - ABERTURA DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS** -----

D.A.G.F./Proc. 29/10

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo, a abertura de concurso para atribuição de bolsas de estudo a alunos, residentes neste concelho, que frequentem estabelecimentos de ensino superior público. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta e nomear, para Júri do respectivo concurso, a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho e o Sr. Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Mendes. -----

**3.4 - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO---**

D.A.G.F./Proc. 47/9



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento das actividades e publicidade a distribuir na área do concelho de Oliveira do Hospital, no âmbito da Semana de Recepção ao Caloiro. -----

-----A Câmara Municipal nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas deliberou, por unanimidade, isentar a Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, do pagamento das referidas taxas, não devendo ser colocados quaisquer elementos publicitários nos prumos da sinalética e nos candeeiros pintados. -----

3.5 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) – INSTITUIÇÕES -----

-----A – 1) ARCIAL - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS-----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ARCIAL, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)**, a título de comparticipação nas despesas havidas com a realização do 8º Almoço/ Convívio da Associação Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho, que teve lugar no passado dia 7 de Outubro.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-2) FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA OVAIA-----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Ovaia, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como apoio à realização de obras de restauro da Igreja Matriz e da Capela de Santo António, daquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-3) SOCIEDADE RECREATIVA PENALVENSE-----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Sociedade Recreativa Penalvense, um subsídio no montante de **2.830,00 € (Dois mil oitocentos e trinta euros)**, como apoio à aquisição de instrumentos musicais. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-4) GUARDA NACIONAL REPUBLICANA – CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE SANTA COMBA DÃO-----

D.A.G.F/Proc.53/4



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 106/07, datado de 18 de Setembro do ano em curso, remetido pela entidade acima identificada, a solicitar apoio financeiro para a realização de alguns trabalhos de recuperação das suas instalações.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, informar o Sr. Comandante do Centro de Meios Aéreos de Santa Comba Dão de que, uma vez que o Quartel daquela companhia se encontra sedado em Santa Comba Dão, é seu entendimento que cabe à Câmara Municipal daquela localidade comparticipar o custo dos referidos trabalhos, à semelhança do que esta autarquia faz, no que diz respeito à manutenção do edifício do Posto da Guarda Nacional Republicana local.-----

-----Relativamente a este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu entender tratar-se de um pedido “completamente descabido”. Mais referiu não perceber como é que, os GIPS - novas orgânicas de combate a fogos, recentemente criadas, vêm solicitar às Câmaras Municipais subsídios para garantir a sua manutenção, desde lazer a equipamentos de informática. No seu entender “não compete às Câmara Municipais apoiar estas orgânicas”, salientando que “se não tinham condições que garantissem a sua existência, nunca deveriam ter existido”. No seu entender é uma competência dos Bombeiros, discordando com a envolvimento da GNR nestes processos. Disse ainda que a GNR tem missões específicas, que no seu entender não são estas. Mais referiu que os GIPS deveriam ser extintos por considerar existirem organizações mais vocacionadas para o efeito.-----

-----Sobre o assunto o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Vereador Albano Almeida sobre se é ou não pertinente o aproveitamento dos efectivos da GNR para a prevenção e primeira intervenção no combate a incêndios no decurso das suas habituais acções de patrulhamento ao que aquele membro do executivo referiu entender que esse aproveitamento faria todo o sentido se apenas fosse efectuado durante a época do Verão e não durante todo o ano como se pretende.-----

**B) - ACCÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----**B-1) COMPARTICIPAÇÕES PARA MANUAIS E OUTRO MATERIAL ESCOLAR**-----

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação dos seguintes montantes a atribuir aos Agrupamentos Escolares do Concelho, no âmbito das comparticipações para manuais e outro material escolar dos Alunos abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios económicos:-----

**Comparticipações para manuais e outro material escolar  
Alunos abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios Económicos**

Agrupamentos	Nº alunos	valor atribuído	Total
<b>1º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	37	40,00 €	1.480,00 €
Cordinha	15	40,00 €	600,00 €
Lagares da Beira	9	40,00 €	360,00 €
Vale do Alva	14	40,00 €	560,00 €
<b>Sub-total</b>	<b>75</b>		<b>3.000,00 €</b>
<b>2º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	57	47,50 €	2.707,50 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Cordinha	19	47,50 €	902,50 €
Lagares da Beira	16	47,50 €	760,00 €
Vale do Alva	23	47,50 €	1.092,50 €
<b>Sub-total</b>	<b>115</b>		<b>5.462,50 €</b>
<b>3º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	54	57,50 €	3.105,00 €
Cordinha	23	57,50 €	1.322,50 €
Lagares da Beira	23	57,50 €	1.322,50 €
Vale do Alva	21	57,50 €	1.207,50 €
<b>Sub-total</b>	<b>121</b>		<b>6.957,50 €</b>
<b>4º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	46	60,00 €	2.760,00 €
Cordinha	18	60,00 €	1.080,00 €
Lagares da Beira	14	60,00 €	840,00 €
Vale do Alva	15	60,00 €	900,00 €
<b>Sub-total</b>	<b>93</b>		<b>5.580,00 €</b>
<b>Totais</b>	<b>404</b>		<b>21.000,00 €</b>

Agrupamentos	Nº alunos	Total
Brás Garcia de Mascarenhas	194	10.052,50 €
Cordinha	75	3.905,00 €
Lagares da Beira	62	3.282,50 €
Vale do Alva	73	3.760,00 €
<b>Total</b>	<b>404</b>	<b>21.000,00 €</b>

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea d) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-2) ALUNOS ABRANGIDOS PELOS ESCALÕES A E B DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS**-----

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal do número total, por Agrupamento de Escolas, dos alunos que frequentam o 1º CEB e que foram abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios Económicos, a saber: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Alunos abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios  
Económicos**

Agrupamentos	Escalão A	Escalão B	Total
Brás Garcia de Mascarenhas	139	55	194
Cordinha	65	10	75
Lagares da Beira	49	13	62
Vale do Alva	46	27	73
TOTAL			404

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**3.6 - CRECHE DA CASA DA CRIANÇA DE TRAVANCA DE LAGOS - ENTRADA DE UTENTES**-----

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Sociologia, deliberou, por unanimidade e nos termos da deliberação camarária de 27 de Abril de 2004, admitir as crianças, que abaixo se identificam, na Creche da Casa da Criança de Travanca de Lagos, com as seguintes mensalidades: -----

Nome do Utente	Mensalidade
- André Salvador Moreira de Sousa	100,00 €
- Lara Filipa Silva Santos	72,00 €
- Ana Margarida Tomás Mota	69,00 €
- Rafael Miguel Mota Ribeiro	60,00 €

**3.7 - A.T.L. DA CASA DA CRIANÇA DE TRAVANCA DE LAGOS E DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - RECTIFICAÇÃO DE MENSALIDADES E ENTRADA DE UTENTES**-----

D.A.G.F/Proc. 53/25

-----Na sequência da deliberação camarária de 11 de Setembro de 2007, e atendendo a que algumas mensalidades não puderam ser definidas, dado não existirem elementos suficientes na candidatura para a sua determinação, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a revisão das mensalidades das crianças que frequentam os Centros de ATL de Oliveira do Hospital e da Casa da Criança de Travanca de Lagos e que por mudança da situação económico-social dos agregados familiares necessitaram de ser alteradas e bem assim a fixação das mensalidades das crianças admitidas no ATL de Oliveira do Hospital, a saber: -----

Nome do Utente – ATL de Oliveira do Hospital	Mensalidade
- Afonso João Pereira Martins	10,00 €
- Ana Isabel Mendes Campos	10,00 €
- Bruna Filipa Pinheiro Simão	10,00 €
- Carolina Raquel P. Fonseca	10,00 €
- Eduardo Luís Pereira Martins	10,00 €





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

- Inês da Silva Fernandes	51,24 €
- João Alexandre Simões Silva	30,62 €
- Mariana Inês R. Osório	10,00 €
- João Pedro Cruz Coelho	10,00 €
- Miguel Ângelo R. Figueiredo	51,24 €
- Tiago Filipe da Silva Mateus	51,24 €

Nome do Utente – ATL de Travanca de Lagos	Mensalidade
- Ana Carolina Santos Lopes	30,62 €
- Francisca Silva Ramos	56,24 €
- Miguel Ângelo Bento Correia	30,62 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

**3.8 - ANÁLISE DE CASO SOCIAL** -----

D.A.G.F/Proc.31

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Acção Social em 26 de Setembro de 2007, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b), nº 1 do artº 44º do Regulamento de Abastecimento de Água do Concelho de Oliveira do Hospital, isentar a Sra. Maria Luísa Rente Diogo Almeida do pagamento dos consumos de água verificados nos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio de 2007, e consequentemente anular os conhecimentos de dívida nºs 3307, 4110, 4983 e 5783, dívida esta contraída enquanto residiu na Avenida Calouste Gulbenkian.-----

-----Foi igualmente deliberado anular os conhecimentos de dívida nºs 4948 e 5747, referentes aos consumos de água verificados nos meses de Abril e Maio de 2007, no que se refere à sua habitação, sita na Rua do Colégio nº 8-A, 5º REC FTE Esqº, em Oliveira do Hospital, onde vive actualmente, e proceder à cobrança eventual de todas as taxas e tarifas devidas, considerando os consumos efectivos calculados com base no preço em vigor para o escalão mais baixo. Tendo em conta a situação de debilidade económica da D. Maria Luísa Rente Diogo Almeida, devidamente fundamentada na informação acima referida, foi ainda deliberado autorizar o pagamento faseado da referida dívida em duas (2) prestações mensais, acrescidas de juros de mora nos termos legais.-----

**3.9 - OBRAS PARTICULARES:** -----

**3.9.1 - CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA FREGUESIA DE LAGARES - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO** -----

D.S.T./Proc. A-397.06/032

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes à emissão de Licença no que se refere à Construção/ Ampliação do Lar de Idosos. -----

-----Face ao exposto, a Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pelo Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços, isentar o Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Lagares do pagamento das referidas taxas. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.10 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

**-----3.10.1 - A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS / TAXA DA QUALIDADE DA ÁGUA -----**

**D.A.G.F/Proc.33/11**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente a informação nº 18, datada de 25 de Setembro de 2007, remetida pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que o Conselho Directivo daquela associação deliberou solicitar parecer a um constitucionalista, tendo em vista um rigoroso esclarecimento do processo.-----

**-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**-----3.10.2 - DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO - REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL -----**

**D.S.T./Proc.10/134**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente a Circular nº 258/DG/2007, enviada via Fax pela entidade acima identificada em 24 de Setembro de 2007, a remeter cópia das Instruções nº 1/2007, de 21 de Setembro do corrente ano, acerca do procedimento que irá ser adoptado relativamente aos processos de gestão territorial que se encontram em tramitação na Direcção-Geral, com vista à adaptação ao regime introduzido pelo diploma acima referido.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente informou a Câmara Municipal de que, no âmbito desta comunicação, irá solicitar ao grupo responsável pelo processo de revisão do PDM a elaboração de um documento relativo às consequências/implicações no processo desta alteração legislativa, a fim de ser entregue aos senhores vereadores.-----

**-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**-----3.10.3 - MAPA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES – CONHECIMENTO-----**

**D.A.G.F/DOC.5**

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 01 de Setembro e 08 de Outubro de 2007, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**-----3.10.4 - REGIÃO DE TURISMO SERRA DA ESTRELA - CERTAME INTERNACIONAL -----**

**D.A.G.F/Proc.33/9**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente um *mail*, enviado pela Região de Turismo da Serra da Estrela em 24 de Setembro de 2007, a remeter um artigo do Jornal Publituris, sobre a presença daquela entidade em Certame Internacional.-----

**-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**-----3.10.5 - SERRA DO AÇÔR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PROJECTO PARA O REFORÇO DA PROTECÇÃO COLECTIVA CONTRA INCÊNDIOS -----**

**D.A.G.F/Proc.42/14**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 550/07, datado de 01 de Outubro de 2007, enviado pela entidade acima identificada, a remeter cópia da comunicação dirigida ao Sr. Presidente da Direcção da ADESA, por parte da DGRF – Direcção-Geral de Recursos Florestais, em que esta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

entidade mostra disponibilidade para financiamento da aquisição de um novo tractor de rastros, na sequência de uma candidatura apresentada pela ADESA ao Fundo Florestal Permanente.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**3.10.6 - ESTRUTURAÇÃO DO NOVO ESPAÇO DA FEIRA - CANDIDATURA AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DE USO PÚBLICO-----**

**D.A.G.F/Proc.42/15**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente um fax, enviado em 04 de Outubro de 2007, pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a informar que, de acordo com o Despacho de 26 de Abril do corrente ano do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, não existem condições para aprovação de novas candidaturas ao programa acima mencionado.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**3.10.7 - REUNIÃO SOBRE ACESSIBILIDADES NA REGIÃO CENTRO (IC 6, IC 7, IC 37)-----**

**D.S.T./DOC. 6**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência da reunião realizada no passado dia 3 de Outubro, no Governo Civil do Distrito de Coimbra, com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, o Sr. Presidente, face às notícias aventadas pela comunicação social que criticavam a sua ausência na dita reunião, esclareceu que não pôde estar presente na mesma uma vez que a hora da sua realização foi alterada, acabando por ser agendada para muito próximo da hora em que se realizava uma reunião com a empresa Águas do Zêzere e Côa, e na qual tinha já confirmado a sua presença, pelo que quem se deslocou ao Governo Civil foi o Sr. Vereador Paulo Rocha, em representação desta autarquia. Disse ainda que, segundo informação do Sr. Vereador Paulo Rocha acerca do que de mais importante foi abordado nessa reunião, pôde verificar que “não era necessariamente imprescindível a presença do Presidente da Câmara numa reunião que visava dar a conhecer resultados de um estudo estratégico, que como o próprio nome indica é somente estudo”, afirmando que este assunto foi igualmente abordado pelo Sr. Secretário de Estado aquando do seu discurso na Sessão Solene do Feriado Municipal e ao qual, por força das circunstâncias, não teve oportunidade de dar resposta. É seu entendimento de que não tinha que estar presente naquela reunião apenas para marcar presença, quando a intenção do Governo era apenas “apresentar mais uns traçados numas cartas”, sublinhando que “as gentes do concelho de Oliveira do Hospital estão cansadas de andar a ouvir sempre o mesmo”, criticando o facto daquele responsável não ter adiantado qualquer data para a execução do IC6 uma vez que “primeiro dizia era em 2006, depois que era em 2007 e agora não há qualquer data prevista”. Salientou que esta é que é a realidade e sobre a qual entende que se deve discutir afirmando que “estou cansado, cansadíssimo de ouvir falar sempre do mesmo e de andar sucessivamente a ouvir anunciar o protelamento das coisas, pelo que não posso pactuar com tudo isto.” Tal como referiu na sua intervenção aquando das comemorações do Feriado Municipal “era importante que os políticos falassem menos e fizessem mais, porque o povo quer é os problemas resolvidos, não é conversas, pois não é disso que vivem”, salientando que “espera que haja uma resolução efectiva do problema”. Sobre os traçados e as perspectivas apresentadas referiu que “até aí tudo se altera”, salientando que as soluções inicialmente analisadas pelo grupo do PDM para a travessia dos referidos traçados, eram a Norte e não a Sul. Mais referiu que “se foi feito um estudo de avaliação e se esse estudo de avaliação é sério e é isento, aplique-se o que é definido no estudo e deixemo-nos dessa conversa dos lobbies”, propondo que se acabem com as “histórias do lobbies” por não aceitar que se procurem parceiros para defender aquilo que entende que já era defendido há muito tempo,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

interrogando-se “lobbies para quê? Para defender aquilo que precisamos e que merecemos há muitos anos, porque temos sido esquecidos pelos sucessivos Governos”, garantindo finalmente que “o Presidente da Câmara não está disponível para isso, mas sim para defender aquilo que é justo e equilibrado, e que o concelho de Oliveira do Hospital já merece há muitos anos.” Concluiu perguntando “como é que podem dizer que não havia nada feito se já existia um concurso para realização do projecto de execução do troço IC6 Catraia dos Poços / Vendas de Galizes e que até foi anunciado nos jornais?” -----

-----Foi de seguida efectuada pelo Sr. Presidente da Câmara a apresentação dos mapas, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta, que resultaram do Estudo de Avaliação Estratégica dos IC6, 7 e 37, analisado na referida reunião, e do qual resultaram os três cenários constantes do mesmo.-----

-----Finda a apresentação dos referidos mapas e após os esclarecimentos prestados sobre os mesmos, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores que se pronunciassem sobre o assunto em análise.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra considerou que “de facto, andamos todos cansados de todas as coisas que faltam fazer e do posicionamento que temos de ter, seja no Governo seja na Câmara”, salientando que pela primeira vez, ao fim de tantos anos, e a partir de 2005 é que vê o Sr. Presidente da Câmara irritado e cansado, ao que o Sr. Presidente da Câmara contestou, solicitando ao Sr. Vereador para que não confundisse indignação com irritação, sugerindo-lhe que usasse a expressão “indignação por parte do Sr. Presidente da Câmara e não irritação”. Relativamente à reunião havida no Governo Civil o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu entender que o Sr. Presidente da Câmara deveria ter ido a essa reunião e dizer o que disse aqui hoje, salientando que “se eu fosse Presidente de Câmara teria ido e teria dito isso ao Senhor Secretário de Estado, aquando da apresentação do Estudo de Avaliação Estratégica e quando foram apresentadas as hipóteses dos traçados”, lembrando que “o IC6 é das primeiras prioridades em termos de infraestruturas do concelho de Oliveira do Hospital”. Criticou ainda o Sr. Presidente da Câmara por ter faltado à reunião, mandatando o Sr. Vice-Presidente para representar o Município de Oliveira do Hospital, e ter dado mais prioridade à reunião realizada com a Águas do Zêzere e Côa. Considerando que inicialmente se defendiam traçados a Norte do Concelho, questionou se o não aparecimento dos mesmos, nesta fase, não terá sido inviabilizado por algum estudo ambiental pelo facto de aquela área ser Rede Natura, ao que o Sr. Presidente referiu que as soluções inicialmente aqui aventadas não tinham nada a ver com isso, embora continue a não perceber quais foram as razões que em termos de planeamento levaram a incluir os traçados a Sul do concelho, uma vez que essa hipótese já havia sido inviabilizada porque questões de impacto ambiental e bem assim quando se sabe que Oliveira do Hospital e Tábua preferem soluções a Norte dos respectivos Concelhos. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco mais questionou o Sr. Presidente da Câmara se “em face dos três cenários, havendo vários interesses legítimos dos vários municípios servidos pelo IC, é ou não pertinente gerar consensos, sinergias e as tais parcerias para garantir a melhor solução, porque se há três vai ter de se consensualizar apenas um”, ao que aquele responsável respondeu que só se pronunciará, se lhe forem remetidos elementos objectivos de topografia sobre os possíveis traçados, e que, no seu entender, não são os que constam destes mapas, para que os possa confrontar com os já existentes no gabinete de revisão do PDM da Câmara Municipal e assim efectuar uma análise mais objectiva, concluindo que a sua indignação tem a ver com o troço entre a Catraia dos Poços e o nó de Tábua ou Vendas de Galizes, afirmando que foi aí que foi assumido compromisso por parte do Sr. Secretário de Estado e que, em seu entender, não há “vontade politica para avançar com esse compromisso”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----Relativamente à afirmação proferida pelo Sr. Presidente da Câmara o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “o Sr. Presidente da Câmara acha que, depois de tudo o que o Sr. Secretário de Estado disse no dia 7 de Outubro, não há vontade política para avançar com os IC’s? Relativamente à decisão política, acredito firmemente de que há vontade política em trazer rapidamente o IC até ao concelho de Oliveira do Hospital. Assim como acredito que os três traçados apresentados são para se manterem, escolhendo-se aquele que é mais útil para servir a região, pelo que entendo que deve haver entendimentos ao nível desta sub-região quanto ao traçado que sirva todos.” -----

-----O Sr. Presidente disse o seguinte: “eu acredito sempre nas pessoas até prova em contrário e, aquilo que estou a ter neste momento, é uma prova em contrário”, dando conta que “pela análise, provavelmente, parte dos traçados em análise são inviáveis porque não têm canais de passagem.”-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida manifestou-se surpreendido pelo facto de ainda ninguém saber muito bem o que é o IC 6 e o IC7, e bem assim por ter ouvido tanta vez falar nos trabalhos e nos estudos já realizados para a execução do troço do IC6 entre a Catraia dos Poços e o nó de Tábua, documentos estes a que teve acesso na Junta Autónoma das Estradas, sublinhando que o que foi dito pelo Sr. Secretário de Estado não condiz com o que já existia, salientando que “ou sou eu que estou enganado ou é o Sr. Secretário de Estado que está enganado.” Disse ainda que, embora não seja técnico de estradas, consegue perceber que o traçado que diz respeito ao concelho de Oliveira do Hospital, não vai ao encontro das suas necessidades, defendendo a existência de um consenso entre os municípios envolvidos neste processo para que juntos lutem pela definição do traçado a Norte do concelho. Disse ainda entender que como autarcas devem esforçar-se no sentido de que “o que tiver de ser feito que seja urgentemente”, lembrando que “estamos saturados de andar, há mais de dez anos, a ouvir falar no IC 6 e no IC7, para continuarmos abandonados em termos de acessibilidades.” -----

-----O Sr. Presidente lembrou ainda de que, no âmbito do QREN já esteve prevista uma verba para execução do troço IC6 entre a Catraia dos Poços e o nó de Tábua, afirmando de que retirará a sua posição de indignação a partir do momento em que veja publicado o anúncio do concurso da empreitada de execução. -----

-----Por fim a Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu que “se o estudo existente abrange tudo aquilo que está por fazer, pondo em causa tudo aquilo que já estava planeado para trás, então, infelizmente, teremos de ser muito firmes e muito persistentes para reclamar para Oliveira do Hospital investimento por parte da Administração Central, porque, nas poucas viagens que faço para fora do concelho, é muito fácil encontrar novas vias para efectuar percursos que habitualmente já fazia. Teremos de fazer um esforço acrescido para reclamar investimentos para Oliveira do Hospital.” -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**3.11 - OUTROS ASSUNTOS** -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto:-----

-----**3.11.1 - EMPREITADA DE “ANFITEATRO ROMANO DA BOBADELA” – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**-----

**D.A.G.F/DOC. (s) 7 e 8**





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Tendo terminado o prazo de Audiência Prévia, sem qualquer reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, adjudicar a execução da empreitada acima identificada à firma BASCOL, S.A., pelo valor da sua proposta de 414.989,00 € (Quatrocentos e catorze mil, novecentos e oitenta e nove euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente da Câmara foi igualmente deliberado, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 116º do Decreto-Lei nº 59/99 de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato da empreitada em epígrafe.-----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas catorze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 09 de Outubro de 2007-----

Presidente

\_\_\_\_\_

Vereadores

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORD. PÚBLICA  
DE 9 DE OUTUBRO DE  
2007**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**